

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
GOVERNO ABERTO

GABRIEL HOFFMANN
GABRIELLA KOJOL PAIVA
MARCELO NAKAMURA SAITO
RODRIGO CARVALHO

Governo Aberto: participação social e tecnologia aplicadas à avaliação do ensino nas universidades públicas

SÃO PAULO
2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
GOVERNO ABERTO

GABRIEL HOFFMANN
GABRIELLA KOJOL PAIVA
MARCELO NAKAMURA SAITO
RODRIGO CARVALHO

Governo Aberto: participação social e tecnologia aplicadas à avaliação do ensino nas universidades públicas

Relatório realizado para obtenção de nota final na disciplina livre “ACH3778 - Governo Aberto” ministrada na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo no segundo semestre de 2019.

Orientação: Profa. Dra. Gisele Craveiro

SÃO PAULO
2019

Resumo

Palavras-chave:

Lista de figuras

Lista de tabelas

Sumário

1 Introdução	6
2 Justificativa/problema de pesquisa	7
3 Hipótese/proposição:	7
4 Objetivos	7
4.1. Objetivo geral:	7
4.2. Objetivos específicos	7
5 Método de pesquisa	7
6 Desenvolvimento	7
Referências	8
Anexos	11

Estrutura do documento

1. Contextualização

Neste capítulo, há uma breve contextualização das conjunturas gerais, considerando e relacionando o cenário global, nacional e regional da abordagem dos princípios da iniciativa Governo Aberto.

Estado liberal versus Estado de bem-estar

Há séculos, a abrangência da atuação do Estado na sociedade é um embate permanente nas sociedades democráticas ocidentais. Utilizando a acepção do sociólogo Zigmunt Bauman, podemos tentar sintetizar a disputa entre as ideologias liberais e comunitárias, representando, respectivamente, os Estados liberais e os Estados de bem-estar (BAUMAN, 1998). O embate do campo ideológico traduz-se em disputas sobre o orçamento público e o funcionamento da administração pública, sendo os liberais defensores da menor intervenção possível, baseados na tendência à eficiência dos livre-mercados, enquanto comunitários buscam por uma ampla ação estatal, de modo a criar uma rede de segurança aos cidadãos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 consagra o estado de bem-estar, transformando direitos e garantias fundamentais em provisão obrigatória por parte do Estado, tais como os direitos à saúde, educação e assistência social (BRASIL, 1988). Não obstante a formalidade e legalidade de tais preceitos, as disputas sobre a interpretação dos meios e métodos para a consecução de tais garantias segue politicamente viva, haja vista a recente Emenda Constitucional nº 95 de 2016, conhecida como “teto dos gastos”, que limita o crescimento dos gastos públicos por 20 anos; e a Proposta de Emenda à Constituição nº 6 de 2019, a Reforma da Previdência. Nesse mote, o princípio da administração pública da *eficiência* ganha destaque, independentemente da ideologia em questão. A escassez de recursos e os trade-offs decorrentes, máximas da ciência econômica se fazem presentes ao se considerar a qualidade dos serviços públicos, onde fazer mais e melhor com menos possível se torna obrigação da gestão pública.

Tecnologia e as relações entre sociedade e Estado

O mal-estar das democracias representativas contemporâneas já é tema recorrente da ciência política contemporânea, entre autores renomados como Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em *Como as democracias morrem*, David Runciman em *Como as democracias chegam ao fim*, e Sérgio Abranches em *Presidencialismo de Coalizão* (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018; RUNCIMAN, 2016; ABRANCHES, 2018). O descompasso entre uma sociedade rápida e tecnológica e governos morosos e burocráticos, leva a uma percepção de insuficiência das instituições democráticas criadas no ocidente após o advento do Iluminismo. O insucesso das políticas distributivas e redistributivas; a proliferação de contingentes à margem dos prometidos direitos; a questão tecnológica; e a corrosão de tradições são alguns dos principais temas abordados em comum por esses autores.

O levante de populistas associados à imagem da pós-política e do anti-establishment ao redor do mundo é a evidência empírica principal nessas análises, nas quais, a crise dos sistemas partidários tradicionais nos parece central. A percepção de falta de representatividade no Estado pela sociedade é a força motriz que correlaciona os citados eventos, sendo necessária atenção especial e a criação de novos mecanismos para preencher esta lacuna.

Iniciativa Governo Aberto

Uma das tentativas de suprir a referenciada carência é a iniciativa Governo Aberto. A idéia, ainda que primitiva da abertura dos governos remonta à era Iluminista, cujos filósofos contestaram a autoridade absoluta em favor das idéias liberais. Contemporaneamente, o termo Governo Aberto surge como referência aos direito de saber e à informação nos anos 1960, no contexto da *Freedom of Information Act*. A conceitualização do termo abrange as dimensões tecnológica e filosófica, que para Yu e Robinson apud Sampaio (2014):

O primeiro sugere que se usem máquinas para lidar com a informação de modo eficiente, incrementando a capacidade de processar tais dados para além dos limites manuais humanos. Filosoficamente, o termo sugere participação e engajamento dos indivíduos interessados que podem compartilhar e utilizar tais dados de maneira acessível e democrática, o que implica em uma certa cultura de participação e colaboração, além de inovação.

Ainda, estes autores defendem que ações visando o governo aberto e transparente não necessariamente implicam em uso de tecnologias e dados abertos, sendo o cerne da discussão os valores da participação, transparência e colaboração (YU, ROBINSON apud SAMPAIO, 2014).

Um dos movimentos mais relevantes é a Parceria Governo Aberto, que busca a difusão dos seus quatro princípios na prática governamental, a saber, *transparência; tecnologia e inovação; participação social; e accountability*. O movimento que agrega governos, movimentos cívicos e cidadãos no fomento à democracia, contra as práticas não republicanas, e a favor de novos modos de operação das governanças públicas para o século XXI (BRASIL, 2011). Este projeto, segundo documento oficial da organização, e em convergência com a conjuntura exposta até o presente momento, reconhece a demanda por maior abertura governamental, prestação de contas e participação cidadã, pretende criar canais de interação mais eficientes e transparentes entre os diversos atores da sociedade e do governo, em busca de soluções para os problemas comuns (OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP, 2011).

A questão das universidades públicas

As universidades públicas fazem parte do rol de direitos assegurados pela Carta Magna, sob a égide do direito à educação. Logo, considerando ser um serviço público financiado pela sociedade, as prestações de contas dos resultados apresentados se faz necessária. No entanto, tratando-se de entidades da administração indireta, constituídas sob o formato de autarquias ou fundações públicas, tendem a um modelo endógeno e pouco receptivo ao controle social, à transparência e à prestação de contas.

As externalidades positivas causadas pelo sistema de ensino superior são vastas e amplamente reconhecidas pela literatura. O desenvolvimento econômico, bem como de índices de desenvolvimento humano e desigualdades sociais, apresentam significativa melhora, diretamente proporcional ao investimento público realizado. Não obstante, a restrição ao acesso, a falta de apresentação de indicadores, resultados e transparência põe em xeque a integridade do sistema, que atualmente é fortemente contestado por diversos setores da sociedade e até mesmo do governo.

É importante observar que a condição de restrição orçamentária severa apresentada à partir de meados de 2013 e 2014 também corroboram para a pressão por maior eficiência do sistema educacional, bem como dos serviços públicos em geral. Nesse sentido, cabe considerar quais são os mecanismos de gestão interna e sua permeabilidade à participação cidadã para o aperfeiçoamento e controle dos mesmos.

A Universidade de São Paulo

Na Universidade de São Paulo (USP), a conjuntura converge à já referenciada neste trabalho. Nesse bojo, fato notável é a atual Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Assembleia Legislativa de São Paulo, que segundo publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, tem como objetivo

Construção das hipóteses

2. Justificativa

- Quais serviços ela deve prestar?
- Pesquisa, ensino e extensão são igualmente contempladas?
- Como equilibrar a balança?
- Como produzir políticas internas visando a melhoria do serviço?
- Para que o ensino seja aperfeiçoado, o desempenho docente não pode ser avaliado apenas sob o viés da pesquisa.
- Para que políticas sejam implementadas, necessitamos de indicadores qualitativos e quantitativos adequados para subsidiar a tomada de decisão.

Neste capítulo, abordamos o tema em caráter específico, justificando a necessidade do desenvolvimento do presente trabalho.

3. Hipótese/proposição

- existe alguma hipótese de como o problema de pesquisa pode ser resolvido?
- hipótese inicial deve ser mais ampla

Hipótese Inicial

Avaliação dos docentes feita somente por feedback dos alunos

Inicialmente foi proposto que a tomada de decisão seria feita através do feedback dos alunos após o término da disciplina, no fim do semestre. O feedback seria facultativo e a forma a ser aplicada não estava bem definida (ser uma avaliação em papel ou digital) nem em ser obrigatória ou não.

Identificamos problemas em relação à hipótese pois de tal forma estaríamos permitindo que os alunos tivessem um grande poder em mãos,

Outra hipótese

Avaliação dos docentes baseadas em indicadores nos 3 pilares (ensino, pesquisa e extensão)

Hipótese final

Avaliação 360 dos docentes (questionário focado nos alunos)

4. Objetivos

- criar indicadores para tomada de decisões
- criar plataforma horizontal para avaliação do ensino
- Criar uma plataforma digital de avaliação na dimensão de ensino para a criação de indicadores na tomada de decisão

4.1. Objetivo geral

4.2. Objetivos específicos

5. Método de pesquisa

apresentar as questões metodológicas a serem seguidas em seu projeto de pesquisa. Se o método em si for algo bastante grande e importante para seu projeto, resuma-o na introdução e depois use um capítulo dedicado a ele. Caso contrário, apresente tudo sobre o método de pesquisa a própria introdução. Comece contextualizando sua pesquisa em: gênero (pesquisa teórica, pesquisa prática, pesquisa empírica, pesquisa metodológica); natureza (pesquisa básica/pura, pesquisa aplicada); objetivo (pesquisa exploratória, pesquisa descritiva, pesquisa explicativa, pesquisa propositiva); abordagem (pesquisa quantitativa, pesquisa qualitativa, pesquisa mista/quali-quantitativa). Esteja certo de que está usando corretamente essas classificações para caracterizar sua pesquisa; é comum entender de forma incorreta um ou mais desses termos. Em todos os casos, não apenas cite, mas sim justifique, explique bem, como sua pesquisa está sendo classificada. Depois, explique qual (ou quais) procedimento técnico você pretende usar (ou usou), incluindo, por exemplo, pesquisa do tipo: experimental, bibliográfica, documental, ex-post-facto, de levantamento, com survey, estudo de caso, participante, pesquisa-ação, etnográfica, netnográfica, teoria fundamentada em dados (grounded theory), ciência do projeto (design science research). Considere apenas as principais características de seu projeto em vez de tentar encaixá-lo em todos os itens possíveis; por exemplo, é comum uma pesquisa ser erroneamente caracterizada como “bibliográfica” apenas porque uma revisão bibliográfica foi realizada para subsidiá-la, mas que a principal característica em si da pesquisa não é ser do tipo “bibliográfica”. Erros comuns também ocorrem em entendimento; por exemplo, é muito comum o termo “estudo de caso” ser usada de uma forma incorreta. Detalhe seu procedimento técnico, pois ele é o “coração” metodológico de seu projeto de pesquisa. Por fim, dependendo do procedimento técnico em questão, apresente as técnicas ou os instrumentos para uma possível coleta e análise de dados.

6. Desenvolvimento

Contar a história do desenvolvimento do trabalho

7. Referências

- CALDEIRA, T. P. R. 2000. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp., Cap. 6: São Paulo: três padrões de segregação espacial.
- CARNEIRO, R. *Aberta aos domingos e feriados, Paulista ganha conselho gestor*. 2018. [Online; acessado em 9/10/2019]. Disponível em: <<https://32xsp.org.br/2018/05/17/aberta-aos-domingos-e-feriados-paulista-ganha-conselho-gestor/>>.
- CIDADE ATIVA. *Relatório Pesquisa Paulista Aberta*. São Paulo: janeiro de 2016. [Online; acessado em 9/10/2019]. Disponível em: <https://e.issuu.com/anonymous-embed.html?u=cidadeativa&d=150821_ca_relatorio_paulista_aberta>.
- EL PAÍS. *Vinte e cinco promessas que Doria já fez para a cidade de São Paulo*. 2016. [Online; acessado em 10/10/2019]. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/07/politica/1475865800_306198.html>
- ESTEVAM, D. P. *A contínua descontinuidade administrativa e de políticas públicas In: Anais do II Seminário de Ciências Sociais Aplicadas, 2010*. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/index.php/seminariocsa/article/viewFile/1390/1317>>
- HARVEY, David. *The right to the city*. *New Left Review*, London UK, n. 53, sept./oct. 2008.
- MACHADO, A. R. L. *Doria esvazia programa de Haddad que veta carro em ruas aos domingos*. Folha de São Paulo, 2018. [Online; acessado em 9/10/2019]. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1883305-doria-esvazia-programa-de-haddad-que-veta-carro-em-ruas-aos-domingos.shtml>>
- MINHA SAMPA. *Você sabe onde estão as Ruas Abertas?*. 2018 [Online; acessado em 9/11/2018]. Disponível em: <<https://www.ruasabertas.minhasampa.org.br/#block-5275>>.
- NOGUEIRA, A. N. *Continuidade e descontinuidade administrativa em governos locais: fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos*. Dissertação (Mestrado) Escola Superior de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- LOTTA, G.S. e VAZ, J.C. *Arranjos Institucionais de Políticas Públicas: aprendizados a partir de casos de arranjos institucionais complexos no Brasil*. Revista do Serviço Público n. 66 (2), abr/jun 2015.
- PIRES, R.; GOMIDE, A. *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasil: IPEA, 2014.

_____. *Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais*. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 24, n. 58, p. 121-143, 2016.

_____. *Variações setoriais em arranjos de implementação de programas federais*. Revista do Serviço Público. Brasília, n. 66 (2), Abr/Jun, 2015.

PRETO, R. *Programa Ruas Abertas enfrenta desistências e desorganização*. 32xSP, 2018. [Online; acessado em 9/10/2018]. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/32xsp/programa-ruas-abertas-enfrenta-desistencias-e-desorganizacao>>.

RIBEIRO, Luiz César de Q. e SANTOS JR., Orlando *A democracia e cidade: divisão social da cidade e cidadania na sociedade brasileira*. In: *Análise Social*, vol.XL(174), 2005, pp. 87-109. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218709008F3wOT7lv4By93AU7.pdf>>.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. *Políticas Públicas*. São Paulo: Publifolha, 2010.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 57.086, de 24 de junho de 2016. *Institui o Programa Ruas Abertas*, [Online; acessado em 9/10/2018]. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=25062016D%20570860000>.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 58.425, de 17 de setembro de 2018. *Transfere a coordenação do Comitê Intersectorial de Ruas Abertas e do Comitê de Acompanhamento e Fortalecimento do Programa Ruas Abertas para a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e introduz alterações no Decreto nº 57.086, de 24 de junho de 2016*, [Online; acessado em 9/10/2019]. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2018/5843/58425/decreto-n-58425-2018-transfere-a-coordenacao-do-comite-intersectorial-de-ruas-abertas-e-do-comite-de-acompanhamento-e-fortalecimento-do-programa-ruas-abertas-para-a-secretaria-municipal-de-esportes-e-lazer-e-introduz-alteracoes-no-decreto-n-57086-de-24-de-junho-de-2016>>.

SÃO PAULO (Município). Informações obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação, fornecidas pela Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras. 9/10/2019.

SÃO PAULO, *City of the World – 2016* (Vídeo institucional da Prefeitura Municipal de São Paulo – Gestão João Doria Jr.): <<https://www.youtube.com/watch?v=OmO2kyQgZ3c>>.

SÃO PAULO, *The Fastest Growing City in the World – 1944* (filme do U.S. Office of Inter- American Affairs): <<http://www.youtube.com/watch?v=InWifglIkQ0>>.

SANTOS, M. *São Paulo, metrópole internacional do Terceiro Mundo In: Por uma economia política da cidade*. São Paulo, Ed. Edusp, 2009. Cap. 2. Também publicado em Revista do

Departamento de Geografia da FFLCH-USP, v. 7, 1994 (disponível em:
<<http://citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg/article/view/233>>).

SPINK, P. *Continuidade e descontinuidade nas organizações públicas: um paradoxo democrático*. In: Cadernos FUNDAP, Ano 7, n. 13, Abr/1987.

Anexos